



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 107 /2023

Maceió, 27 de NOVENBR

Asssembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 3300/2023
Data: 29/11/2023 - Horário: 11:35
Legislativo

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 1070/2022 que *“Dispõe acerca da inclusão das matérias de Direito Constitucional e Direito do Consumidor na Grade Curricular Escolar do Ensino Médio em todas as Escolas da Rede Estadual de Alagoas, com o devido amparo no inciso IX do art. 24 da Constituição Federal.”*, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 1070/2022, sua sanção não se apresenta possível, como se observará pelas razões adiante descritas.

Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

O presente prospecto legislativo ao dispor sobre a inclusão das matérias de direito constitucional e direito do consumidor na grade curricular escolar do Ensino Médio em todas as Escolas da Rede Estadual de Alagoas, viola o disposto nas alíneas *b* e *e* do inciso II do § 1º do art. 86 da Constituição de Alagoas, as quais contêm disposições que interferem na organização e funcionamento de Órgãos e Entidades do Poder Executivo, fazendo com que, sob o ângulo formal, o Projeto de Lei em comento possua vício subjetivo de iniciativa, pois foi deflagrado por quem não dispunha de competência constitucional para exercê-la.

Além disso, ao instituir gastos para a Administração Pública, quando dispõe que a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC deverá realizar concurso para a contratação de professores para o ensino das matérias específicas, infringe também o disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, o qual dispõe que a proposta legislativa que crie ou altere despesas obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Por fim, ao instituir em seu art. 4º, prazo para o exercício da competência regulamentar do Poder Executivo Estadual, viola o Princípio da Separação dos Poderes, instituído no art. 2º da Constituição Federal.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 1070/2022, por **inconstitucionalidade formal**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS

Governador

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual

NESTA

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES

Rua Cincinato Pinto s/n – Centro – Maceió/AL – CEP 57020-050

Tel: 0** 82 3315-2004 – FAX : 0** 82 3315-2002